

# JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO III Nº94 Rio de Janeiro, de 23 a 29 de agosto de 2005

## Misto de passado e presente

Arquivo Alerj



*Solenidade durante a primeira legislatura da Alerj: experiência é lembrada com saudade pelos deputados veteranos*

Algumas coisas, em política, não mudam. Ou melhor: algumas pessoas não mudam, e isto pode ser encarado como algo positivo para a política do Estado do Rio de Janeiro. Deputados como Átila Nunes (PMDB), Paulo Albernaz (PMDB) e Pedro Fernandes (PFL) que o digam: depois de participarem ativamente da construção do novo estado surgido após a fusão do Rio de Janeiro com a Guanabara, em 1975, os três voltam a se encontrar no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, para preparar o futuro através da legislação. A petista Heloneida Studart, eleita para a segunda legislatura, também faz parte desta história.

O JORNAL DA ALERJ fez uma retrospectiva dos primeiros anos do Legislativo fluminense, para conhecer o cenário político que se apontava, a experiência adquirida pelos deputados e os ícones políticos do período. Além disso, os quatro parlamentares revelaram suas lembranças, pensamentos e vivências de uma fase conturbada da história. Entre a luta pelo fim da ditadura militar e os desafios de legislar em um estado recém-formado, os quatro deputados foram capazes de resistir aos Anos de Chumbo e se manter, até hoje, defendendo os interesses da população fluminense.

PÁGINAS 4 e 5

*Quiosques Multimídia ganham prêmio 'Solução RioInfo'*

PÁGINA 2

*Alerj reforma Furna da Onça e cúpula do Palácio*

PÁGINA 3

*Comissão de PPD entrega certificado Acessibilidade Nota 10*

PÁGINA 7

# Reconhecimento à transparência

QUIOSQUES MULTIMÍDIA RECEBEM PRÊMIO "GOVERNO ELETRÔNICO" DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO

FERNANDA GALVÃO

Um prêmio que marca o pioneirismo da Alerj na busca pela transparência. No dia 22, a empresa Nigrath Tecnologia, responsável pelo projeto dos Quiosques Multimídia, recebeu o prêmio Solução Rio Info 2005, na categoria Governo Eletrônico. A empresa concorreu com representantes do Executivo, Câmaras Municipais e do Judiciário, em todo o estado. "Este prêmio é muito importante para nós, uma vez que a Alerj é a única Casa legislativa do País a oferecer um serviço desta relevância ao público. Mesmo os quiosques disponibilizados pelo Senado não são tão completos quanto os nossos", garante Hélio Nigri, diretor da empresa.

O prêmio Solução Rio Info 2005 é oferecido pela Rede Software Rio, que congrega instituições como a Riosoft, a seccional Rio da Associação das Empresas Brasileiras de Software e Serviços de Informática (Assespro) e o Sindicato das Empresas de Informática (Seprorj). Foram levados em consideração, para a premiação, quesitos como qualidade, criatividade, inovação, impacto, valor agregado ao negócio do cliente e facilidade de uso. De acordo



Responsável pelo projeto, Hélio Nigri mostra as utilidades dos Quiosques Multimídia

com Nigri, este é o primeiro prêmio oficial do programa, que teve início em 1998 e atingiu seu formato atual em 2003. "É o único serviço virtual do País que oferece ao público tanto uma visita virtual à parte histórica do Parlamento, quanto o acesso a leis e projetos de lei, inclusive com a impressão dos documentos", ressalta Nigri, que recebeu o prêmio durante a feira Rio Info 2005, realizada entre os dias 22 e 24, na Marina da Glória. Como parte do prêmio, a Nigrath teve direito a um estande na feira e a apresentar o projeto durante a

abertura do evento.

Os Quiosques Multimídia da Alerj estão espalhados em nove pontos de grande circulação no Rio e em São Gonçalo (Central do Brasil, Banerjão, Tribunal de Justiça, campus da Uerj, entre outros). O aparelho permite uma visita virtual ao Palácio Tiradentes, sede do Parlamento estadual, consultas a leis e projetos em tramitação na Casa e biografias dos deputados estaduais. Mais do que informar o cidadão, o objetivo dos quiosques é aproximar o Legislativo do povo fluminense.

## Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

### PRESIDENTE:

JORGE PICCIANI

1º Vice-presidente:  
Heloneida Studart

2º Vice-presidente:  
José Távora

3º Vice-presidente:  
Pedro Fernandes

4º Vice-presidente:  
Fábio Silva

1º Secretária:  
Graça Matos

2º Secretário:  
Léo Vivas

3º Secretário:  
Marco Figueiredo

4º Secretária:  
Aparecida Gama

1º Suplente:  
Leandro Sampaio

2º Suplente:  
Eliana Ribeiro

3º Suplente:  
Nelson Gonçalves

4º Suplente:  
Acárisi ribeiro

### Jornalista responsável:

Fernanda Pedrosa (MT-13511)

### Coordenadora:

Fernanda Galvão

### Repórteres:

Geiza Rocha

Luciana Ferreira

Pedro Motta Lima

### Estagiários:

Aline Fonte, Augusto Carazza,

Andréia Quelhas, Camila Parada,

Juliana Dametto, Julio Honaiser,

Rony Lima

### Diagramação:

Marcelo Frauches

### Coordenação Gráfica:

Aranha / Gráfica Alerj

### Montagem:

Bianca Marques e Rodrigo

Graciosa

### Tiragem:

2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax:2533-6786

site: [www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br) email: [dcs@alerj.rj.gov.br](mailto:dcs@alerj.rj.gov.br)

Rua Primeiro de Março s/nº sala 506 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

## FRASES DA SEMANA

"Queremos a educação inclusiva, mas não podemos acabar com as escolas especiais, como se as outras estivessem preparadas para receber crianças com deficiência."

Georgette Vidor, defendendo a adequação das escolas da rede pública às necessidades dos portadores de deficiência

"O presidente da República parece ser presidente do Nordeste e de São Paulo. Os outros estados da Federação estão à míngua, principalmente o Rio de Janeiro."

Samuel Malafaia (PMDB), criticando a intenção federal de transferir o Departamento de Aviação Civil para Brasília

"Quero informar que este é o local certo para vocês reivindicarem o reconhecimento do Governo. Esta Casa é de vocês."

Iranildo Campos (PP), falando aos servidores da Secretaria de Administração Penitenciária, em plenário



# Palácio Tiradentes de cara nova

OBRAS NA CÚPULA MUDAM A FACHADA, ENQUANTO DEPUTADOS COMEMORAM O CONFORTO DA FURNA DA ONÇA

JULIO HONAISSER E PEDRO MOTTA LIMA

**É** tempo de obras na Assembléia Legislativa. O Palácio Tiradentes passa por uma restauração de sua cúpula, tesouro arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, acaba de ser reinaugurada a Furna da Onça, sala à esquerda da entrada do Plenário Barbosa Lima Sobrinho, reservada aos deputados.

Mesmo em obras, a cúpula do palácio continua chamando atenção. Isto porque a tela protetora que envolve a estrutura de andaimes reproduz a imagem da cúpula. Localizada no alto do palácio, a cúpula é uma mistura de vidros aramados e blocos de argamassa, com valor patrimonial relevante à história arquitetônica, artística e política da cidade. O motivo da obra, segundo a arquiteta Lenise Pereira da Silva, assistente do Departamento de Engenharia e Arquitetura da Alerj, é emergencial. Um dos blocos de argamassa se despreendeu recentemente da cúpula, ameaçando atingir o vitral do plenário. “Da mesma maneira que esse pedaço de concreto se soltou da estrutura, em virtude do tempo de construção do palácio, outras partes poderiam, também, se deslocar, danificando não só o vitral do plenário, que é uma das coisas mais belas e preciosas do prédio, como também a cobertura”, explica a arquiteta.

A primeira fase da obra, já completa, teve como foco a montagem dos andaimes e plataformas e o isolamento da área. A partir de agora, iniciam-se as atividades de reestruturação. “Resta realizarmos processos de impermeabilização da parte externa, além da substituição dos vidros aramados por outros, mais novos e resistentes”, informa Lenise, adiantando que o resultado final será “de encher os olhos”.

Já a velha Furna da Onça, criada para a realização de rápidas reuniões durante as sessões plenárias, está nova em folha. O tradicional espaço cedeu aos avanços da tecnologia. Além de receber pessoas, debater e até mesmo pôr o papo em dia, os deputados podem navegar na In-



Fotos Rony Maltz



No alto, a cúpula da Alerj, em obras. Abaixo, a Furna da Onça, com novos equipamentos

ternet e acompanhar a programação da TV Alerj ou das emissoras da Câmara Federal e do Senado. Aparelhos de fax e telefonia convencional também estão à disposição. A reforma resolveu, ainda, um antigo problema. “As deputadas sempre reclamavam, com razão, que existia apenas um banheiro misto para os parlamentares no plenário. Agora há um banheiro masculino e outro feminino, dentro da Furna da Onça”, lembra o presidente da Alerj, Jorge Picciani

(PMDB).

Apesar dos toques de modernidade, o charme do local foi preservado, pois os móveis e cadeiras usados na nova decoração são da mesma época da inauguração do Palácio, em 1926. “Percorri várias salas e fui selecionando os móveis. Muitos estavam sendo subutilizados, e só precisamos fazer a manutenção. A obra foi, portanto, rápida e sem muitos gastos”, explica o chefe de gabinete da Presidência, Aloysio Neves.

# Personagens do passado ajuda

*Experiência de formar um novo estado marcou a vida dos deputados*

JULIO HONAISSER

**T**rinta anos depois da fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a Assembléia Legislativa volta a abrigar três dos 94 parlamentares que deram origem à primeira Constituição da nova unidade da Federação. Átila Nunes (PMDB), Paulo Albernaz (PMDB) e Pedro Fernandes (PFL), da primeira legislatura, além de Heloneida Studart (PT), da segunda legislatura, hoje lembram os desafios de ser legislador em meio a um regime de exceção, e comemoram as mudanças trazidas com o tempo.

Em 15 de março de 1975, tomaram posse o governador nomeado, almirante Faria Lima, e os deputados estaduais, que haviam sido eleitos pelos dois antigos estados e que passaram a formar a Assembléia Legislativa Constituinte, encarregada de elaborar a Constituição do novo estado que se formava. Em sua primeira legislatura, a Alerj abrigou 94 deputados, eleitos em novembro de 1974, ainda pelas antigas unidades federativas, pelos dois partidos existentes: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O nascimento do Legislativo estadual é lembrado com saudade pelo deputado Paulo Albernaz, eleito à época pelo antigo Estado do Rio de Janeiro. “Não poderia jamais me esquecer daquele momento inicial da Assembléia. Éramos todos muito novos, membros de um estado que havia crescido em proporção. Tínhamos, portanto, muitos desafios e dificuldades pela frente”, afirma o parlamentar.

Albernaz destaca, ainda, o clima de produção do pensamento político como característica típica daquele momento. “Frente ao cerceamento das liberdades



**Paulo Albernaz, Heloneida Studart, Átila Nunes e Pedro Fernandes: recordações da**

dos estudantes e trabalhadores, nós, deputados desses primeiros mandatos, agíamos de forma implacável contra a ditadura”, revela o deputado. Em comparação com 2005, o parlamentar afirma que o cidadão de hoje exige com mais força seus direitos, como consequência daquele período de “medo natural” que a sociedade civil experimentava. “O povo, hoje, está com a boca no trombone, quer se fazer ouvir”, comemora.

A deputada Heloneida Studart, na época filiada ao MDB, foi eleita, em 1978, para a segunda legislatura na Casa. Apesar de ter assumido o mandato às vésperas da anistia, Heloneida lembra que sofreu com a mão forte do Governo militar. “Passávamos a maior parte do tempo lutando pela democracia e, mesmo sendo deputados, não es-

capávamos das surras dos generais. Eu mesma já apanhei, assim como companheiros políticos meus, como o deputado Raimundo de Oliveira, também do MDB”, relata. Para a parlamentar, a principal diferença entre a legislatura atual e a dos Anos de Chumbo é exatamente o perfil político de quem participava das decisões do estado. “Era um mandato de resistência, muito mais agitado. Hoje, os deputados têm liberdade e imunidade para dizer o que quiserem”, compara. Heloneida também comemora a evolução da tecnologia, que trouxe mudanças radicais no perfil das eleições. “Naquela época, o voto era em papel, e muito mais fácil de ser fraudado. Eu perdi as eleições de 1982 por conta disto. Com a urna eletrônica, isso ficou muito mais difícil acontecer”, ressalta.

# m a preparar o futuro do estado

Rony Maltz



missão de construir um novo Rio de Janeiro

## ***Após trinta anos, a ajuda da tecnologia***

Não foi só a história política que avançou, nestes 30 anos. O desenvolvimento da tecnologia trouxe uma nova cara para o Legislativo. De 1975 para cá, muita coisa mudou: a Alerj investiu em infra-estrutura, sobretudo de comunicação, com a criação de um canal de televisão e de um site de notícias. Hoje, os 70 deputados exercem seus mandatos com o auxílio de ferramentas que agilizaram, e muito, o processo legislativo.

Para o deputado Paulo Albernaz, o desenvolvimento tecnológico é positivo para ajudar no trabalho dos parlamentares da Casa. “É inegável a diferença entre aqueles primeiros anos de Alerj e hoje, no que diz respeito à tecnologia. Esses aparatos conferem rapidez e, conseqüentemente, uma eficiência maior ao nosso trabalho”, acredita. Entretanto, ele pontua que as dificuldades da época nunca foram obstáculos para o exercício legislativo. “Não deixa-

mos de realizar mais coisas, de aprovar mais leis, apesar da menor infraestrutura. A tecnologia deve ser encarada como uma ferramenta de ajuda, e não como uma forma de dependência”, pondera Albernaz.

Segundo Heloneida Studart, a Casa adquiriu, com o tempo, ares mais avançados, em decorrência das tecnologias implantadas. “Elas colaboram para o aumento da transparência e para uma fiscalização mais ferrenha das ações de cada um dos deputados”, ressalta a parlamentar, que vai além: “Os abusos de poder dos deputados podem ser apontados, e estes, devidamente punidos”. Para a parlamentar, a Alerj é, hoje, não só a sede de um dos poderes do estado, mas também um importante centro cultural. “Projetos de incentivo à cultura são cada vez mais frequentes. São livros, exposições de fotografia, enfim, formas variadas de arte a serviço do cidadão do estado”, conclui.

## ***Passado marcado por desavenças políticas***

As tensões entre as principais lideranças políticas da Guanabara e do Rio de Janeiro, que vinham desde o período imperial, foram sentidas pelos parlamentares das primeiras legislaturas da Casa. Se, tradicionalmente, o Estado da Guanabara era representante de tudo o que havia de mais cosmopolita no debate político nacional, a “Velha Província”, como era chamado o Estado do Rio de Janeiro, apresentava maior coesão política e maior equilíbrio em sua integração territorial. “O poder estava dividido, inicialmente. Mas a necessidade de união para legislar em prol do estado fez com que deputados de

diferentes origens se unissem por uma causa maior”, revela o deputado Pedro Fernandes, decano da Casa, com dez mandatos. Segundo ele, os primeiros anos da Alerj foram de adaptação. “Eu tive que aprender a lidar com uma gama muito maior de anseios populares, sem deixar de lado a minha base política, que sempre foi o subúrbio”, cita.

Já Átila Nunes, eleito, em 1974, pelo Estado da Guanabara, diz que o primeiro mandato levou inevitavelmente a um convívio com deputados do interior do estado, acostumados, segundo o parlamentar, a conviver com um tipo de política específica,

junto a prefeitos e vereadores. “Neste sentido, os políticos do interior contribuíram para difundir novas formas de se fazer política, que nós, até então, não conhecíamos”, ressalta Nunes, que chama atenção para os desafios políticos da época. “Definida a fusão, encarávamos problemas de como integrar duas culturas políticas tão diferentes como a fluminense – liderada pelo ex-governador Amaral Peixoto – e a carioca – do ex-governador Chagas Freitas”, relata. “Todo esse primeiro momento está marcado pela dualidade política, que, felizmente, se dissipou com o tempo”, pondera o parlamentar.

## EM DEBATE: SIM OU NÃO AO DESARMAMENTO?

## LEANDRO SAMPAIO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

**O dia do sim**

Em pauta, na agenda nacional para o próximo dia 23 de outubro, o Referendo Popular sobre a comercialização de armas e munição. É, na verdade, o cumprimento do artigo 35 do Estatuto do Desarmamento, pelo qual ficará a cargo da população decidir sobre o assunto. Até então, de acordo com o Estatuto em seu artigo sexto, somente os integrantes das Forças Armadas, policiais, agentes de segurança pública e privada e esportistas da modalidade de tiro podem adquirir armas.



Arquivo Alerj

Premiada pela Unesco e considerada como uma das melhores estratégias de promoção da paz já executadas no Brasil, a Campanha do Desarmamento, iniciada em julho de 2004 com o recolhimento de armas, começa a apresentar bons resultados. Segundo dados dos Ministérios da Justiça e da Saúde, ao comparar os sete primeiros meses de 2004 com os sete primeiros meses de vigência da campanha, o índice de redução de internações hospitalares causadas por arma de fogo no Rio de Janeiro foi de 10,5%, e em São Paulo, de 7%. No entanto, é preciso intensificar esse trabalho, razão de meu engajamento na Frente Parlamentar Por Um Brasil Sem Armas, liderada pelo senador Renan Calheiros. Assim, propus também na Alerj a criação da Comissão Especial Pró-Desarmamento, e estou representando a referida frente parlamentar no estado do Rio.

**“É fundamental que toda a sociedade se mobilize por esta campanha”**

É fundamental que toda a sociedade esteja mobilizada por esta campanha, e que todos se expressem, que todos participem da discussão do que está em jogo, que vença o sim, em outubro.

Particularmente, acredito que o simples fato da oportunidade dessa discussão num momento de grande gravidade da vida nacional, testemunhas que somos do descontrole do Estado e da impotência do cidadão comum frente à violência urbana, tudo isso, já torna este referendo importante.

Num país de tantas injustiças, de tantos problemas, precisamos desarmar os espíritos, louvar a fraternidade e cantar o amor. Em outubro, quando você se dirigir à urna, reflita sobre os efeitos da violência no seu cotidiano e diga sim à proibição da livre comercialização de armas e munição no Brasil, diga sim à vida, diga sim à paz.

## FLÁVIO BOLSONARO

DEPUTADO ESTADUAL PELO PP

**Direito à defesa**

Se, por um lado, o Estado não é capaz de dar segurança à população, pois não combate os problemas sociais estruturais da sociedade, paga mal os policiais e não lhes fornece condições mínimas de trabalho, por outro lado quer impedir que o cidadão exerça o seu direito à legítima defesa, dispondo de uma arma registrada para se defender.



Rony Maltz

O assunto em pauta não é novidade. Já em 1794, Cesare Beccaria, em *Dos delitos e das penas*, alertava que “as leis que proíbem o porte de armas desarmam somente aqueles que não estão dispostos nem determinados a cometer crimes”. Nada mais atual para o referendo a se realizar em outubro, pois, como todos sabem, bandido não compra arma em lojas.

O marginal só respeita o que teme! Os números comprovam: Henrique Nogueira, em pesquisa realizada com criminosos encarcerados, em seu livro *O direito de ter e portar armas – Recuse ser uma vítima*, mostrou que 88% dos marginais obtiveram armas de fogo, 74% afirmaram evitar entrar em residências onde sabiam haver alguém armado e 56% declararam não abordar vítimas que eles suspeitem portar alguma arma.

Sob o argumento de se evitarem mortes banais, como em discussões de trânsito ou acidentes com crianças em casa, o desarmamento resultará em um número cada vez

**“Os vagabundos pedem o voto sim, pois terão seu trabalho facilitado”**

maior de vidas de inocentes ceifadas pelos criminosos, movidos pela certeza da impunidade e garantia de que não haverá qualquer resistência da população. Numa ação que traduz exatamente o que é o direito à

legítima defesa, a imprensa publicou, no último dia 16, o caso de um menino de dez anos que matou com uma faca um homem que tentava estuprar sua mãe. Parabéns a este pequeno herói! Mas, muitas vezes, uma faca não é suficiente para salvar sua própria vida ou de um familiar.

Os vagabundos agradecem as armas entregues pelos cidadãos e pedem o voto sim no referendo de outubro, pois assim terão o seu trabalho facilitado. Não abra mão do seu direito à legítima defesa: quando a arma que mata defende a liberdade e o direito de viver, os santos choram... mas não acusam!

# Respeito às diferenças é premiado

NA TERCEIRA EDIÇÃO DO PRÊMIO "ACESSIBILIDADE NOTA 10", COMISSÃO DE PPD ENTREGA CERTIFICADO OURO AO CCBB

ANDRÉIA QUELHAS

O Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) foi o grande premiado da terceira edição do Certificado Acessibilidade Nota 10, oferecido no dia 18 pela Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência (PPD). O CCBB ganhou o Certificado Ouro e foi elogiado pela presidente da comissão, deputada Georgette Vidor (PPS). "É difícil conseguir o nível Ouro. Eles estão de parabéns", afirmou ela.

Durante a solenidade, Georgette citou os avanços da Assembléia na busca pela acessibilidade. De acordo com a deputada, os portadores de deficiência conquistaram a adaptação do Auditório Nelson Carneiro, com acesso pelo elevador, além do acesso à Mesa Diretora, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, que ganhou uma rampa. A deputada lembrou, ainda, a realização de concurso público para a contratação de 12 intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para a Casa, que está em estudo.

Diretor do CCBB, Marcelo Mendonça recebeu o prêmio e prometeu que os esforços para garantir a acessibilidade no local não vão parar. "Fizemos bastante, mas ainda falta muito. Este certificado é



Georgette Vidor, cercada pelos representantes das empresas certificadas pelo prêmio

um incentivo, para que façamos muito mais", garantiu. O Certificado Ouro é entregue às empresas que garantem, entre outros itens, o piso tátil, vagas especiais em estacionamentos e banheiros em todos os andares de um edifício.

O prêmio, aliás, foi a forma encontrada pela deputada para incentivar a adaptação das empresas às necessidades dos deficientes. "Verificamos que com multas e cotas o negócio não andava. Com o certificado, premiamos quem se enquadra", afirmou. O Certificado Prata foi entregue

ao restaurante Hard Rock Café, ao Museu Histórico Nacional, à unidade de Irajá do Senac e aos cinemas São Luiz, do grupo Severiano Ribeiro. Já a Prefeitura de Cabo Frio, o hotel Atlântico, a UniverCidade e os restaurantes Manoel Joaquim e Luigi ganharam o Certificado Bronze, ao lado da Xerox do Brasil. A edição do ano que vem promete ser ainda mais rigorosa, na seleção dos vencedores. Segundo Georgette, será criado um Certificado Ouro com Diamantes, com mais exigências que o Certificado Ouro.

## CURTAS

### Documentos do lixo

A Comissão Especial do Lixo recebeu, no último dia 16, 21 quilos de documentos, enviados pelo Tribunal de Contas do Estado, referentes a serviços terceirizados de coleta de lixo em 20 municípios. Fazem parte do material cópias de editais e suas publicações, planilhas de custos referentes aos processos licitatórios e contratos com as empresas responsáveis pela coleta. A comissão aguarda, agora, a documentação referente a outros 12 municípios. Os dados a serem analisados serão divididos entre os membros da comissão, por sorteio.

### Integração Brasil-EUA contra o preconceito racial

O diálogo entre ativistas da causa negra do Brasil e dos EUA foi a principal proposta do seminário coordenado pela presidente da Comissão de Combate às Discriminações, deputada Jurema Batista (PT), com o tema "Desigualdades Raciais, Direitos Humanos e a Luta por Reparações". O evento, no dia 17, contou com a participação de representantes do movimento negro norte-americano, como o reverendo Timothy McDonald III e o cientista político Keith Jennings.



Jurema Batista discutiu racismo com americanos

## ENTREVISTA FLORIAN AUGUSTO MADRUGA

DIRETOR-EXECUTIVO DO INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO

*‘É preciso capacitar os servidores’*

JULIANA DAMETTO

**A** busca pela excelência no trabalho executado pelos servidores das Casas legislativas em todo o País é o que motiva os dias de Florian Augusto Madruga, diretor-executivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), órgão do Senado Federal responsável pelo treinamento de seus servidores. Em visita à Alerj para participar do evento *Metas do Milênio*, organizado pela Escola do Legislativo Fluminense, ele contou um pouco da história da instituição e também da participação do Senado junto aos órgãos semelhantes, nos estados. A parceria, segundo ele, tem a missão de auxiliar a capacitação dos servidores. Mais do que valorizar o funcionalismo, a intenção é beneficiar toda a população do Brasil. Para Madruga, políticos mal assessorados podem significar uma brecha para as fraudes. Por isso, ele defende que investir na especialização dos trabalhadores pode ser uma saída para que exista mais transparência nas Casas de leis do País.

**Como surgiu o ILB?**

O Senado criou o ILB em 1997, cumprindo o artigo 39 da Constituição Federal de 1988. Segundo este artigo, tanto o Executivo quanto o Legislativo e o Judiciário devem criar órgãos responsáveis pela capacitação de seus servidores. O ILB é o órgão criado para que os servidores desse poder tenham formação de qualidade para o serviço legislativo.

**Como é realizada a formação dos servidores?**

O ILB criou uma universidade especializada no assunto em 2001, a Unilegis. Os cursos são na área de Direito Legislativo, Administração do Legislativo e Análise da Constitucionalidade. Atualmente, a grande força da universidade são os cursos à distância (cujas informações estão disponíveis na página [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)).



Augusto Carazza

br), mas o ensino presencial, em Brasília, também é importante. Esta é uma iniciativa pioneira. A intenção é, em breve, abrir cursos de graduação para o público em geral.

**Quais são os principais problemas dos servidores não capacitados?**

*“A baixa produtividade das Casas Legislativas deve ser encarada de frente”*

A baixa produtividade das Casas Legislativas é um problema que precisa ser encarado de frente. Isto porque, se este fenômeno ocorre, é porque a educação é baixa também. Estou há 33 anos no Senado, e percebo que a maioria dos assessores quer sempre agradar os parlamentares. Eles ainda não entendem que o trabalho deles não é dizer amém a tudo que é determinado por seus deputados, ou senadores, e sim questionar o que é colocado por eles com a intenção de melhorar ain-

da mais as proposições que serão apresentadas.

**Como o senhor vê o papel dos assessores legislativos no estado do Rio?**

Os servidores do Legislativo estadual e também das Câmaras municipais do Rio de Janeiro são de altíssimo nível. O fato de o Rio já ter sido capital federal, além de ser uma grande metrópole, contribui para que exista essa boa capacitação. No entanto, o papel da Escola do Legislativo é fundamental, pois é necessário criar sempre iniciativas para reciclar os funcionários. Temos a intenção de levar para outros estados o ciclo de debates “Metas do Milênio”, por exemplo.

**O senhor acredita que a receptividade deste tipo de discussão no interior do Brasil será positiva?**

Em outros estados há uma vontade grande de participar de palestras e debates, até porque o acesso a cursos de capacitação é precário. Estimamos que existam 400 mil servidores no Poder Legislativo em todo o País, trabalhando diretamente com 53.350 parlamentares. Cursos como estes melhoram a atividade do legislador.